

**Comunicado**

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998  
 Balanço Patrimonial - Hospital Transplantes do Estado de São Paulo - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - SPDM

**SPDM - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**

CNPJ nº 61.699.567/0024-89



**Nota da Administração**

Em complemento às Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, das quais são parte o parecer do Conselho Fiscal da SPDM, o parecer da Assembleia dos Associados da SPDM e o relatório dos Auditores Independentes, estamos encaminhando as Demonstrações Contábeis Individuais da Unidade Gerenciada: **SPDM - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini**. A Ata de Reunião com o Parecer do Conselho Fiscal da SPDM e Assembleia Geral dos Associados da SPDM será publicado em conjunto com as Demonstrações Contábeis Consolidadas da SPDM.

**Relatório da Administração:** Senhores Membros do Conselho Fiscal e Assembleia Geral dos Associados. Em cumprimento às disposições legais e estatutárias previstas no artigo 25, inciso XIX, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.2016 e as respectivas Demonstrações Contábeis da SPDM, elaboradas na forma da Legislação vigente. Nossa Entidade é uma Associação Civil sem fins lucrativos, fundada em 26.06.1933, tendo como principal objetivo a manutenção do Hospital São Paulo (HSP), hospital universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), bem como outros hospitais, centros de assistência e unidades afins. A diretriz primordial de nossa Instituição é sua inserção no sistema de saúde, direcionada ao tratamento e à prevenção de doenças e à promoção da saúde primária, secundária e terciária, estreitando laços com a comunidade local e reafirmando seu compromisso social de atender a todos, sem discriminação. A SPDM por ser uma empresa filantrópica, busca a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sua gestão é baseada no sistema de governança corporativa. Com objetivo de fiscalizar e acompanhar as atividades da

associação, a SPDM possui um Conselho Fiscal que é responsável pela análise de balanços. Para comprovar a legitimidade dos atos praticados, conta também com a avaliação permanente de uma empresa auditoria independente contratada nos termos exigidos pela legislação. Face sua certificação como Organização Social de Saúde, a SPDM ainda possui outro órgão fiscalizador que é seu Conselho Administrativo de Gestões Delegadas, composto de representantes da SPDM e da Comunidade, com notória capacidade profissional e reconhecida idoneidade moral, o qual participa em aprovar contratos de gestão e convênios das unidades públicas administradas por ela administradas. Assim, a SPDM contribui de forma efetiva para a melhoria contínua dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde do Brasil. Para tanto, associa o melhor da tecnologia com atendimento médico de alta qualidade, respaldado por equipes multiprofissionais, formadas por enfermeiros, fisioterapeutas, farmacêuticos, nutricionistas, fonoaudiólogos, bioquímicos, psicólogos, tecnólogos, assistentes sociais e dentistas, entre outros. Dentro dos seus objetivos, por ser Entidade Filantrópica com atividade preponderante na

área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das interações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. Com sua inserção na área da Assistência Social a SPDM ampliou sua prestação de serviços em atividades de atendimento e promoção dos direitos das pessoas com deficiência ou com necessidades especiais. São Paulo, 28 de fevereiro de 2017. **Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM**

**Comparativo dos Balanços Patrimoniais - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro 2016 e 2015 - Valores em Reais**

|   | 2016                  | 2015                  |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>ATIVO</b>  |                       |                       |
| <b>Ativo Circulante</b>   | <b>196.770.950,26</b> | <b>181.412.236,44</b> |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 3.1)</b>                             | <b>5.679.665,34</b>   | <b>2.259.120,78</b>   |
| Bancos Conta Movimento  | 17.211,38             | 11.919,99             |
| Aplicações Financeiras (nota 3.2)   | 5.662.453,96          | 2.247.200,79          |
| <b>Contas a Receber</b>   | <b>179.703.580,95</b> | <b>171.117.081,44</b> |
| Valores a Receber - Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo (nota 3.3.1) | 151.987.200,00        | 145.680.000,00        |
| Estimativa de Rescisão Contratual (nota 3.3.2)                              | 15.198.448,66         | 12.919.149,15         |
| Valores em Negociação - Contrato/Convênio (nota 3.3.3)                      | 12.517.932,29         | 12.517.932,29         |
| <b>Outros Créditos</b>  | <b>653.958,07</b>     | <b>1.002.684,84</b>   |
| Adiantamentos a Fornecedores (nota 3.4.1)                                   | 60.938,24             | 553.650,72            |
| Antecipações Salariais  | 8.580,03              | 34.248,71             |
| Antecipação de Férias (nota 3.4.2)  | 490.023,03            | 407.726,41            |
| Outros Créditos e Adiantamentos   | 482,25                | -                     |
| Depósito Judicial (nota 3.4.3)  | 39.795,00             | 7.059,00              |
| Valores a Recuperar (nota 3.4.4)  | 54.139,52             | -                     |
| <b>Despesas Pagas Antecipadamente (nota 3.6)</b>                            | <b>29.018,06</b>      | <b>31.821,91</b>      |
| Prêmios de Seguros e Outros a Vencer  | 29.018,06             | 31.821,91             |
| <b>Outros Materiais Transitáveis (nota 3.4.5)</b>                           | <b>3.702.874,50</b>   | <b>-</b>              |
| Importação em Andamento   | 3.702.874,50          | -                     |
| <b>Estoques (nota 3.5)</b>  | <b>7.001.853,34</b>   | <b>7.001.527,47</b>   |
| Estoque Material/Medicamentos   | 7.001.853,34          | 7.001.527,47          |
| <b>Ativo Não Circulante</b>   | <b>285.086.157,51</b> | <b>420.205.764,25</b> |
| <b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>                                       | <b>272.259.984,00</b> | <b>408.389.976,00</b> |
| Valores a Receber - Contratos/Convênios Públicos a Receber (nota 3.7)       | 272.259.984,00        | 408.389.976,00        |
| <b>Ativo Imobilizado - Bens de Terceiros (nota 3.8)</b>                     | <b>12.621.441,17</b>  | <b>11.815.788,25</b>  |
| Imobilizado - Bens de Terceiros   | 30.663.347,73         | 27.584.227,44         |
| Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros (nota 3.8.1)                      | (18.041.906,56)       | (15.768.439,19)       |
| Ativo Intangível  | 204.732,34            | -                     |
| Intangível de Terceiros   | 827.040,00            | -                     |
| Ajuste Vida Útil Econômica Bens Terceiros - Intangível (nota 3.8.1)         | (622.307,66)          | -                     |
| <b>Total do Ativo</b>   | <b>481.857.107,77</b> | <b>601.618.000,69</b> |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Comparativo das Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|   | 2016                  | 2015                |
|---|-----------------------|---------------------|
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>  |                       |                     |
| Resultados do Exercício/Período   | -                     | -                   |
| Variações nos Ativos e Passivos (Aumento) Redução em Contas a Receber                       | 127.895.023,11        | (556.115.708,28)    |
| (Aumento) Redução em Estoques   | (3.030.066,54)        | 2.968.589,63        |
| Aumento (Redução) em Fornecedores   | 1.035.304,22          | (1.559.057,39)      |
| Aumento (Redução) em Contas a Pagar e Provisões   | (122.170.903,41)      | 556.702.488,86      |
| Aumento (Redução) de Bens de Terceiros  | 1.010.385,26          | (1.921.572,80)      |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades Operacionais</b>      | <b>4.739.742,64</b>   | <b>74.740,02</b>    |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos</b>                                      |                       |                     |
| (-) Adição de Bens de Terceiros   | (1.319.198,08)        | 1.921.572,80        |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Investimentos</b>  | <b>(1.319.198,08)</b> | <b>1.921.572,80</b> |
| <b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>                                      |                       |                     |
| <b>Disponibilidades Líquidas Geradas pelas (Aplicadas nas) Atividades de Financiamentos</b> | <b>-</b>              | <b>-</b>            |
| <b>Aumento (Redução) no Caixa e Equivalentes de Caixa</b>                                   | <b>3.420.544,56</b>   | <b>1.996.312,82</b> |
| <b>No Início do Período</b>   | <b>2.259.120,78</b>   | <b>262.807,96</b>   |
| <b>No Final do Período</b>  | <b>5.679.665,34</b>   | <b>2.259.120,78</b> |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - Valores em Reais**

**Contexto Operacional, Normas e Conceitos Gerais Aplicados nas Demonstrações Financeiras: Características da Unidade Gerenciada:** O Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini, adiante denominado (HTEJZ) é referência para as especialidades de Hematologia (Transplante de Medula Óssea), Nefrologia (Transplante Renal), Hepatologia (Transplante Hepático), Oftalmologia de Alta Complexidade (Transplante de Córnea) e especialidades como Neurologia (Epilepsia e Mal de Parkinson, Tumores de Hipófise) e Urologia (Centro de Referência do Homem). Foi inaugurado em 25 de janeiro de 1954, o Hospital Brigadeiro - UGA V pertencente ao IAPC (Instituto de Aposentadoria e Previdenciário dos Comerciantes) até a fusão dos institutos de previdência, quando passou a ser administrado pelo INAMPSP, para atendimento restrito a pacientes previdenciários. Em 1988 o Governo do Estado de São Paulo assumiu a gestão do hospital como integrante do SUS. Em janeiro de 2010 a SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, qualificada como Organização Social de Saúde (OSS), venceu o processo de convocação pública para o gerenciamento do hospital. A SPDM firmou contrato de gestão nº 001.0500.000061/2014 com a SES, publicado em Diário Oficial no dia 31.12.2014 pelo prazo de 05 (cinco) anos com vigência até 31.12.2019. O objetivo do contrato é a operacionalização da Gestão e Execução das atividades de serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini. O valor global do contrato de gestão foi de R\$ 680.649.960,00 (Seiscentos e oitenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e sessenta reais). Em 2016 os valores repassados através do contrato de gestão nº 001.0500.000061/2014 totalizaram R\$ 145.680.000,00 (cento e quarenta e cinco milhões, seiscentos e oitenta mil reais). **1. Imunidade Tributária:** A SPDM enquadrar-se no conceito de imunidade tributária disposta no artigo 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. **2. Apresentações das Demonstrações Contábeis:** Na elaboração das demonstrações financeiras de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A SPDM elaborou suas demonstrações em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº 1.374/11 que deu nova redação à NBC TG que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis,

**Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|   | 2016                  | 2015                  |
|---|-----------------------|-----------------------|
| <b>1 - Receitas</b>   | <b>171.302.065,47</b> | <b>159.649.378,43</b> |
| 1.1) Prestação de serviços  | 145.407.865,06        | 134.969.137,01        |
| 1.2) Outras Receitas  | 1.588.232,35          | 1.501.404,98          |
| 1.3) Isenção Usufruída sobre Contribuições                        | 24.305.968,06         | 23.178.836,44         |
| <b>2 - Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui ICMS e IPI)</b>    | <b>65.985.153,22</b>  | <b>59.058.570,23</b>  |
| 2.1) Custo das Mercadorias Utilizadas nas Prestações de Serviços  | 39.950.752,30         | 167,10                |
| 2.2) Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outro            | 21.905.145,28         | 37.988.632,22         |
| 2.3) Perda/Recuperação de Valores Ativos                          | 3.906.160,69          | -                     |
| 2.4) Outros   | 223.094,95            | 21.069.770,91         |
| <b>3 - Valor Adicionado Bruto (1-2)</b>                           | <b>105.316.912,25</b> | <b>100.590.808,20</b> |
| <b>4 - Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (2-3)</b> | <b>105.316.912,25</b> | <b>100.590.808,20</b> |
| <b>5 - Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>             | <b>1.047.795,91</b>   | <b>541.245,80</b>     |
| 5.1) Receitas Financeiras   | 1.047.795,91          | 541.245,80            |
| <b>6 - Valor Adicionado Total (4+5)</b>                           | <b>106.364.708,16</b> | <b>101.132.054,00</b> |
| <b>7 - Distribuição do Valor Adicionado</b>                       | <b>106.364.708,16</b> | <b>101.132.054,00</b> |
| 7.1) Pessoal e Encargos   | 78.875.157,89         | 74.551.475,83         |
| 7.2) Impostos, Taxas e Contribuições                              | 707.394,00            | 1.213.861,86          |
| 7.3) Juros  | 397,48                | 213.643,00            |
| 7.4) Aluguéis   | 1.789.396,56          | 1.974.236,87          |
| 7.5) Isenção Usufruída sobre Contribuições                        | 24.305.968,06         | 23.178.836,44         |
| 7.6) Outras Despesas Financeiras                                  | 686.394,17            | -                     |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicável às Entidades sem Fins Lucrativos, e Resolução CFC nº 1.409/12 - ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros a qual estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros. **2.1. - Formalidade da Escrituração Contábil - Resolução nº 1.330/11 (NBC ITG 2000):** A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, são transcritas no livro "Diário" da Entidade, e posteriormente registradas no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas. Com a publicação da portaria nº 1.420 de 19 de dezembro de 2013 pela RFB, algumas alterações foram introduzidas com relação ao livro diário que passou a ser exigido em formato digital e a forma de arquivamento pelo cartório de registros. A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil. **2.2. Nome Empresarial, Endereço e CNPJ da Unidade Gerenciada: SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina - Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini:** - Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2651 - Jardim Paulista - São Paulo - SP - CEP 01401-901 - CNPJ nº 61.699.567/0024-89. **3 - Principais Práticas Contábeis Utilizadas na Elaboração das Demonstrações:** Em todas as suas unidades os registros contábeis são realizados da maneira estabelecida pela matriz e são acatadas todas suas orientações. Face aos inúmeros conceitos aplicados quando da escrituração dos atos e fatos administrativos que deram origem

**Comparativo das Demonstrações dos Resultados dos Períodos - Exercícios encerrados em 31 de Dezembro - Valores em Reais**

|  | 2016                  | 2015                  |
|--|-----------------------|-----------------------|
| <b>Receitas Operacionais com Restrições</b>                        | <b>169.713.833,12</b> | <b>158.147.973,45</b> |
| <b>Receita Bruta de Serviços Prestados com Restrições</b>          | <b>169.713.833,12</b> | <b>158.147.973,45</b> |
| Secretaria de Saúde do Estado (nota 4.1)                           | 145.387.583,88        | 134.969.137,01        |
| Trabalho Voluntário (nota 9.4)                                     | 20.281,18             | 24.030,11             |
| Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)              | 18.827.059,99         | 18.014.068,13         |
| Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)             | 1.117.280,55          | 1.091.664,09          |
| Isenção Usufruída - COFINS (nota 9.3)                              | 4.361.627,52          | 4.049.074,11          |
| <b>(+) Outras Receitas com Restrições</b>                          | <b>2.636.028,26</b>   | <b>2.042.650,78</b>   |
| Outras Receitas  | 16.551,86             | 5.450,52              |
| <b>Despesas Anuladas de Exercícios</b>                             | <b>-</b>              | <b>-</b>              |
| Anteriores (nota 4.4)  | 252.741,12            | 159,09                |
| Descontos Recebidos  | -                     | -                     |
| Financeiras  | 1.047.636,82          | 541.245,80            |
| Doações Recebidas (nota 4.3)                                       | 1.318.939,37          | 1.495.954,46          |
| <b>(=) Receita Líquida com Restrições</b>                          | <b>172.349.861,38</b> | <b>160.190.624,23</b> |
| <b>Custos e Despesas</b>   | <b>-</b>              | <b>-</b>              |
| <b>(-) Custos dos Serviços Prestados com Restrições (nota 4.2)</b> | <b>132.393.564,27</b> | <b>109.640.144,15</b> |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio                                     | 67.171.803,84         | 61.437.254,28         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física                             | 5.586.402,73          | -                     |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica                           | 4.174.463,55          | 6.435.562,90          |
| (-) Manutenção e Conservação                                       | 551.775,52            | 5.351.769,42          |
| (-) Mercadorias  | 39.950.752,30         | 36.415.168,75         |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios (nota 9.1)          | 13.841.085,78         | -                     |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros (nota 9.2)         | 1.117.280,55          | -                     |
| (-) Tributos   | -                     | 388,80                |
| <b>(=) Superávit/Déficit Bruto com Restrições</b>                  | <b>39.956.297,11</b>  | <b>50.550.480,08</b>  |
| <b>(-) Despesas Operacionais com Restrições (nota 4.2)</b>         | <b>39.269.902,94</b>  | <b>50.550.480,08</b>  |
| (-) Serviços - Pessoal Próprio                                     | 11.683.072,87         | 13.114.221,55         |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Física                             | -                     | 5.458.320,44          |
| (-) Serviços - Terceiros Pessoa Jurídica                           | 11.074.817,52         | 3.566.539,42          |
| (-) Manutenção e Conservação                                       | 698.378,16            | 2.231.815,60          |
| (-) Mercadorias  | 1.608.704,36          | 1.573.630,57          |
| (-) Financeiras  | 223.492,43            | 213.643,00            |
| (-) Outras Despesas (nota 4.5)                                     | 3.906.160,69          | -                     |
| (-) Tributos   | 707.394,00            | 1.213.473,06          |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Próprios                     | 4.985.974,21          | 18.014.068,13         |
| (-) Isenção Usufruída - INSS Serviços Terceiros                    | -                     | 1.091.664,09          |
| (-) Isenção Usufruída - COFINS                                     | 4.361.627,52          | 4.049.074,11          |
| (-) Trabalho Voluntário (nota 9.4)                                 | 20.281,18             | 24.030,11             |
| <b>(-) Outras Despesas Operacionais</b>                            | <b>686.394,17</b>     | <b>-</b>              |
| (-) Outras Despesas Financeiras                                    | 686.394,17            | -                     |
| <b>(=) Superávit/Déficit com Restrições (nota 3.2)</b>             | <b>-</b>              | <b>-</b>              |

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

aos Livros Diários, Razões e outros, divulgamos aqueles os quais julgamos mais relevantes conforme estabelece a Resolução nº 1.409/12 (ITG 2002) e suas alterações. Em 2016 a SPDM ajustou seu plano de contas no sentido de atender aos requisitos da Lei nº 11.638/2007. Segundo o manual do CFC, o plano de contas consiste em um conjunto de títulos, apresentados de forma coordenada e sistematizada, previamente definidos, nele traduzida a estrutura das contas a serem utilizadas de maneira uniforme para representar o estado patrimonial da entidade, e de suas variações, em um determinado período. Nesse sentido a função e o funcionamento das contas serão utilizados conforme a codificação do plano de contas. Foram reestruturadas as contas dos grupos do Ativo e Passivo para classificá-las em Circulante e Não Circulante conforme determinação legal. As contas do Passivo relacionadas ao fornecimento de materiais e serviços passaram a ser classificadas pelo CNPJ do fornecedor/prestador. A nova estrutura nos possibilitou reclassificar o grupo de despesas para segregá-lo entre Custos, para contemplar atividades diretamente ligadas à atividade fim, e Despesas com atividades de suporte administrativo. Para suportar as novas contas foram realizados ajustes entre as contas contábeis de modo a permitir a correta transferência de saldos bem como garantir sua exatidão no SPED, sistema de escrituração digital do governo federal. **3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias.

**Saldo Caixa**

|                                      | 31.12.2016          | 31.12.2015          |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Saldo Caixa                          | -                   | -                   |
| Saldo Bancos                         | 17.211,38           | 11.919,99           |
| Aplicação Financeira de Curto Prazo  | 5.662.453,96        | 2.247.200,79        |
| <b>Caixa e Equivalentes de Caixa</b> | <b>5.679.665,34</b> | <b>2.259.120,78</b> |

Os recursos disponíveis para a unidade gerenciada estão disponíveis em conta corrente bancária oficial e representam em 31.12.2016 o montante de R\$ 5.679.665,34 conforme quadro acima. **3.2. Aplicações Financeiras:** As aplicações estão demonstradas pelo valor da aplicação acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, com base no regime de competência. As aplicações são referenciadas como sendo com restrição uma vez que os valores encontram-se aplicados por força de convênios e contratos de gestão cujo rendimento reverte em favor do contratante e não da SPDM.

**Instituição Financeira**

| Instituição Financeira | Tipo de Aplicação (*)    | Taxa % no Mês   | 31.12.2016   |
|------------------------|--------------------------|---|--------------|
| Banco do Brasil        | CDB/RDB e BB Reaplicação | 85,00 a 90,00   | 1.413.859,98 |
| Banco do Brasil        | Poupança                 | SELIC +/- 8,5% a.a.:<br>TR+70% da SELIC<br>SELIC > 8,5% a.a.:<br>TR+0,5% a.m. | 4.248.593,98 |

**Total** **5.662.453,96**

(\*) A instituição mantém esforços para operar com as melhores taxas disponíveis na instituição financeira. **3.3. Contas a receber:** A prática contábil adotada é pelo regime de competência para registro das mutações patrimoniais. Conforme a resolução nº 1.305/10 (que aprova a NBC TG 07) e conforme Resolução nº 1.409/12 (que aprovou a ITG 2002) a Entidade passou a constituir provisionamentos e outros valores a receber referentes às execuções de seus contratos de gestão, convênios e outros tipos de Assistências Governamentais para que quando do reconhecimento no resultado, não traga desequilíbrio entre receitas e despesas provisionadas. **3.3.1. Valores a Receber:** Os valores registrados nesta conta em 31.12.2016 representam valores a receber de curto prazo, relativos ao contrato de gestão nº 001.0500.000061/2014 proveniente da Secretaria De Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram o montante de R\$ 151.987.200,00 (cento e cinquenta e um milhões, novecentos e oitenta e sete mil e duzentos reais). **3.3.2. Estimativas de Rescisão Contratual:** A Entidade passou a adotar em sua plenitude a Resolução CFC 1.305/10, reafirmando no item 26 da Resolução 1.409/12, que trata de contas de com-



...continuação

penção. A unidade gerenciada constituiu possível estimativa de rescisão contratual entre a SPDM e SES. Dessa forma, a estimativa leva em consideração os valores estimados para rescisão do contrato de trabalho coletivo, se devidos fossem, em 31.12.2016, para fins de recolhimento de FGTS (50% MULTA) e aviso prévio indenizado, conforme quadro abaixo:

| Estimativa Rescisão Contratual | Saldo Final em 31.12.2016 |
|--------------------------------|---------------------------|
| Aviso Prévio Indenizado        | R\$ 5.677.245,81          |
| Multa FGTS Rescisória (50%)    | R\$ 9.521.202,85          |
| <b>Total</b>                   | <b>R\$ 15.198.448,66</b>  |

**3.3.3. Valores em Negociação - Contrato/Convênio:** Representam outros valores a receber relacionados à atividade operacional da instituição, correspondente a valores resultantes do resultado deficitário da unidade gerenciada, oriundos de contratos de gestão ou convênios gerenciados pela Entidade. Por conta do modelo de gestão das organizações sociais de saúde, a instituição se valeu da Resolução CFC nº 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 17 e 27(d), para registrar valores que serão restituídos ou compensados pelo órgão contratante até o final do contrato/convênio, a título de reequilíbrio econômico da instituição. A instituição não se limita apenas ao reconhecimento de valores a receber que representam o objeto principal da entidade, mas a outras transações que são normais e inerentes à sua atividade, utilizando-se da Prevalência da Essência sobre a Forma. **3.4. Outros Créditos:** São as contas a receber que não se enquadram nos grupos de contas anteriores, sendo contas a curto prazo normalmente não relacionadas com o objeto principal da instituição. **3.4.1. Adiantamentos a Fornecedores:** Os valores classificados como adiantamentos a fornecedores compreendem adiantamentos realizados a fornecedores de material e medicamentos pagos antecipadamente, estes serão devolvidos ou baixados com aquisições de insumos em período subsequente, o saldo registrado em 31.12.2016 representa R\$ 60.938,24. **3.4.2. Antecipação de Férias:** A instituição efetua antecipação de férias conforme prevê a legislação Trabalhista (CLT), em seus artigos: Artigo 145 - O pagamento da remuneração das férias e, se for o caso, o do abono referido. No Artigo 143 - serão efetuados até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período. **3.4.3. Depósito Judicial:** Os valores mantidos em depósito judicial estão amparados por processos trabalhistas e totalizam em 31.12.2016 R\$ 39.795,00. **3.4.4. Valores a Recuperar:** A Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo exigiu pagamento de Taxas de Resíduos Sólidos de Saúde relativas aos 2º e 4º trimestres de 2011, as quais foram confessadas através de adesão ao PAT - Programa Administrativo de Débitos Tributários em 21.10.2015, parcelado em 60 vezes, destes foram realizados pagamentos que perfazem o montante de R\$ 54.139,52, porém, o HTEJZ entendendo a duplicidade da cobrança entrou com o processo administrativo nº 2016/0.018.012-0 junto a PMSP solicitando a exclusão do débito, o qual foi julgado favorável em 10.11.2016, portanto, o valor pago indevidamente está no aguardo de ressarcimento. **3.4.5. Outros Materiais Transitáveis:** O Hospital autorizou a importação dos materiais permanentes e de consumo: *Focal-One* e *FocalPak*, no valor total estimado de R\$ 3.702.874,50 (três milhões, setecentos e dois mil, oi-

tozentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos), para desenvolver o projeto de pesquisa assistencial no tratamento dos pacientes portadores de câncer de próstata, onde visa utilizar uma moderna tecnologia através de uma terapia minimamente invasiva, sem incisão cirúrgica, com pronto restabelecimento, realizado em caráter ambulatorial ou com internação de 24 horas, o qual proporciona diminuir as complicações cirúrgicas e otimizar os recursos. **3.5. Estoques:** Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção, materiais de terceiros e comodatos até a data do balanço. Conforme se demonstra abaixo, o valor escriturado em estoques no exercício de 2016 é de R\$ 7.001.853,34.

| Tipo  | Valores em Reais    |                     |
|---|---------------------|---------------------|
|   | 31.12.2016          | 31.12.2015          |
| Materiais Utilizados no Setor de Nutrição       | 73542,61            | 42.893,53           |
| Materiais Utilizados no Setor de Farmácia       | 1.530.831,95        | 1.635.362,63        |
| Materiais de Almoxarifado                       | 2.702.132,1         | 2.904.163,35        |
| Materiais em Consignação/Terceiros (nota 3.5.1) | 2.527.130,95        | 2.218.318,13        |
| Materiais de Terceiros                          | 168.215,73          | 200.789,83          |
| <b>Total</b>                                    | <b>7.001.853,34</b> | <b>7.001.527,47</b> |

**3.5.1. Materiais em Consignação/Terceiros:** O HTEJZ em parceria com fornecedores de órteses e próteses, mantem em seu estoque material em consignação para suprir demanda de cirurgias e procedimentos médicos, esses materiais representam R\$ 116.344,78. A SES (FURP) fornece para o HTEJZ medicamentos de maneira gratuita para o atendimento de pacientes da rede pública, esses medicamentos representam R\$ 2.410.786,17. Ambos os itens totalizaram em 31.12.2016 o montante de R\$ 2.527.130,95, os quais o HTEJZ contabiliza em contas específicas de ativo e passivo. **3.5.2. Materiais de Terceiros:** O HTEJZ possui outros materiais terceiros para compor o atendimento emergencial da unidade no valor de R\$ 168.215,73, que integram o estoque da instituição. **3.6. Despesas Pagas Antecipadamente:** Representam valores referentes a prêmios de seguros de veículos e de imóveis. Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7. Valores a Receber (Ativo Não Circulante):** Os valores registrados nesta conta em 2016 representam valores a receber de longo prazo, relativos ao Contrato de Gestão nº 001.0500.000061/2014, proveniente da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, e totalizaram R\$ 272.259.984,00. **3.8. Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado do HTEJZ é composto por bens de terceiros os quais são classificados de modo a atender a legislação atual. Os bens de terceiros são fruto de aquisição realizada com recursos de contratos de gestão, para o qual o HTEJZ solicitou Termo de permissão de uso. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

| Demonstrativo da Movimentação do Imobilizado em 2016                  | Posição em           |                     | Transferência | Posição em           |            |
|---|----------------------|---------------------|---------------|----------------------|------------|
|   | 31.12.2015           | Aquisição           |               | Baixa                | 31.12.2016 |
| <b>Imobilizados-Bens de Terceiros - Bens Móveis</b>                   | <b>27.584.227,44</b> | <b>3.906.160,29</b> | -             | <b>30.663.347,73</b> |            |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais | 20.670.624,03        | 3.423.498,29        | -             | 24.094.122,32        |            |
| Equipamentos Processamento de Dados                                   | 265.303,43           | 125.082,70          | -             | 390.386,13           |            |
| Mobiliário em Geral   | 3.812.396,91         | 181.648,84          | -             | 3.994.045,75         |            |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos                           | 1.420.512,21         | 116.873,84          | -             | 1.537.386,05         |            |
| Veículos de Tração Mecânica   | 326.133,03           | -                   | -             | 326.133,03           |            |
| Aparelhos e Equipamentos de Comunicação                               | 10.581,90            | -                   | -             | 10.581,90            |            |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos                                     | 138.168,13           | 50.409,92           | -             | 188.578,05           |            |
| Equipamento para Áudio Vídeo e Foto                                   | 113.467,80           | 8.646,70            | -             | 122.114,50           |            |
| <b>Imobilizados-Bens de Terceiros - Intangível</b>                    | <b>827.040,00</b>    | -                   | -             | <b>827.040,00</b>    |            |
| Software  | 827.040,00           | -                   | -             | 827.040,00           |            |

| Descrição   | Posição em             |                          | Ajustes             | Posição em           |            | Anuais Médias |
|---|------------------------|--------------------------|---------------------|----------------------|------------|---------------|
|   | 31.12.2015             | Transfe-<br>rência Baixa |                     | Vida Útil            | 31.12.2016 |               |
| <b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Bens Móveis</b>     | <b>(15.768.439,19)</b> | -                        | <b>2.700.549,48</b> | <b>18.041.906,56</b> | -          | -             |
| Aparelhos Equipamentos Utensílios Médicos Odontológicos Laboratoriais | (11.788.860,92)        | -                        | 2.046.517,51        | 13.835.378,43        | -          | 10%           |
| Equipamentos Processamento De Dados                                   | (182.984,50)           | -                        | 53.132,93           | 236.117,43           | -          | 10%           |
| Mobiliário em Geral   | (2.346.477,65)         | -                        | 376.187,67          | 2.722.665,32         | -          | 10%           |
| Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos                           | (628.063,58)           | -                        | 139.955,10          | 768.018,68           | -          | 10%           |
| Veículos de Tração Mecânica   | (268.655,88)           | -                        | 57.477,15           | 326.133,03           | -          | 20%           |
| Aparelhos de Equipamento Comunicação                                  | (5.446,59)             | -                        | 1.058,19            | 6.504,78             | -          | 10%           |
| Aparelhos e Utensílios Domésticos                                     | (67.141,16)            | -                        | 14.148,72           | 81.289,88            | -          | 10%           |
| Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto                                  | (53.726,80)            | -                        | 12.072,21           | 65.799,01            | -          | 10%           |
| <b>Ajuste Vida Útil Econômica Bens de Terceiros - Intangível</b>      | <b>(427.082,11)</b>    | -                        | <b>195.225,55</b>   | <b>622.307,66</b>    | -          | -             |
| Software  | (427.082,11)           | -                        | 195.225,55          | 622.307,66           | -          | 20%           |

O valor das aquisições adquiridos com os recursos do contrato de gestão no ano de 2016 totalizaram R\$ 3.906.160,69, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo os Termos de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **3.8.1. Ajuste de Vida Útil:** A instituição efetua o ajuste do tempo de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. Os softwares são amortizados pelo tempo de vida útil estimado. **3.9. Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais, medicamentos e demais itens de consumo. O prazo médio de pagamento dos fornecedores é de aproximadamente 90 dias. **3.10. Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte relacionados a contratos de prestação de serviços médicos e não-médicos, tais como: serviços prestados de utilidade pública, assessoria técnica e jurídica, portaria, segurança e limpeza. **3.11. Salários a Pagar:** De acordo com o Artigo 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.12. Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS. **3.13. Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. **3.14. Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF sobre serviços pessoal próprio em regime CLT e ISS sobre os serviços prestados de pessoas físicas autônomas. **3.15. Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do artigo 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS e PIS/COFINS/CSLL, TRSS, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o montante a pagar, em 2016 representam R\$ 423.456,10 e em 2015 R\$ 137.389,42. Houve renegociação de outras taxas municipais relativo a taxas de lixo e TRSS onde o montante a pagar em 31.12.2016 ficou no valor de R\$ 271.208,95. **3.16. Empréstimos Funcionários:** A Lei nº 10.820, de 17.12.2003, beneficiou os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), permitindo o desconto das parcelas relativas a empréstimos, financiamentos e operações de *leasing* na folha de pagamento desses empregados. A instituição oferece aos seus funcionários o crédito consignado com o Banco Bradesco e Banco do Brasil, com desconto em folha. O saldo a pagar contabilizado em 2016 representa R\$ 78.522,53 e em 2015 R\$ 106.175,53. **3.17. Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que num primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. Destes, destaca-se o termo de contrato de autorização de importação em andamento relativo a equipamentos e materiais no valor total de R\$ 3.702.874,50, dos quais foi pago em 2016 uma parcela de R\$ 551.100,00, restando para 2017 o saldo remanescente de R\$ 3.151.774,50 contabilizado na conta de provisão de despesas. **3.18. Convênios/Contratos Públicos a Realizar (Circulante e Não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002-R1) Item 11 e 12, a SPDM

passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos no Contrato de Gestão (ou convênio) com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do contrato, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar a curto prazo em 31.12.2016 representa R\$ 153.440.471,11 (Cento e cinquenta e três milhões, quatrocentos e quarenta mil, quatrocentos e setenta e um reais e onze centavos), e o saldo a realizar a longo prazo representa a quantia de R\$ 272.259.984,00 (Duzentos e setenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais). **3.19. Materiais de Terceiros em nosso Poder:** Representam valores relativos a materiais recebidos de terceiros em nosso poder. Em 2016 esses valores totalizaram R\$ 110.924,65 e em 2015 R\$ 55.416,46. **3.20. Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.20.1. Contingências Passivas:** Os conceitos aplicados para fins de constituição de Contingências além dos conceitos estabelecidos para classificação dos processos de ações em "provável", "possível" e "remota", no que se refere ao ponto de vista contábil, se encontram em conformidade com o estabelecido na Resolução CFC nº 1.180/09 que aprova a NBC TG 25 e Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009 que aprova o CPC 25. Para tanto, os eventos são caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente (provável); ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade (remota). Para eventos onde a classificação é provável há uma obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos e neste caso a provisão é constituída ou reconhecida contabilmente. Para eventos de classificação possível há obrigação possível ou presente que pode, mas provavelmente não irá requerer uma saída de recursos. Neste caso, nenhuma provisão é constituída ou reconhecida e a divulgação é exigida para o passivo contingente. Caso seja remota, há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota. Em virtude da característica de prestadora de serviços na área hospitalar, a SPDM por vezes é acionada em ações cíveis. Tais ações têm por origem, independente do mérito, tanto casos de supostos erros médicos, indenizatórios, quanto processo administrativo e cobranças propostas por fornecedores. Para processos onde a possibilidade de perda em 31.12.2016 era tida como provável, foi constituída a provisão nas contas de passivo. O montante para o mesmo tipo de ação cível, onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o valor apurado foi de R\$ 458.067,73, não havendo nenhum processo com a possibilidade de perda tida como "remota". Ainda, no exercício de suas atividades de prestadora de serviços, em 2016, a SPDM acumulou passivos resultantes de reclamações trabalhistas. Aquelas cuja probabilidade de perda era tida como "provável" se encontram devidamente provisionadas no balanço (Passivo) na rubrica de Contingências Trabalhistas. Para ações onde a possibilidade de perda era tida como "possível", o montante chegou a R\$ 1.588.807,26.

| Trabalhista | Passivo Contingências |           | Cível      |
|-------------|-----------------------|-----------|------------|
|             | Provável              | Possível  |            |
| 175.556,20  | 1.588.807,26          | 33.900,00 | 458.067,73 |

**3.20.2. Contingências Ativas:** Em atendimento ao Princípio da Prudência, as contingências ativas não devem ser contabilizadas enquanto não estiver efetivamente assegurada a sua obtenção em decisão promulgada em julgado para a qual não caibam mais quaisquer recursos. Mesmo nas situações em que a probabilidade seja favorável, isto não é suficiente para dar base ao reconhecimento do ganho contingente, uma vez que esta não assegura uma decisão final favorável à instituição. Em 2016, a unidade gerenciada não possui contingências ativas com probabilidade "provável".

**3.21. Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valores históricos, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.22. Apuração do Resultado:** Conforme Resolução nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, o resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre "zero". Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4. Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, entre eles, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1. Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através de contratos de gestão ou convênios é de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a Resolução nº CFC 1.305/10 - NBC TG 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais, Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento de contratos ou convênios. **4.2. Dos Custos e Despesas Operacionais:** Os custos e despesas operacionais estão relacionados aos setores produtivos da instituição e foram classificados levando em consideração a estrutura do sistema de custos da SPDM. As despesas operacionais estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e de apoio à instituição e foram segregados e classificados de acordo com esta estrutura, parametrizada no sistema da SPDM. **4.3. Doações:** Eventualmente a entidade recebe doações tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas as quais utiliza no desenvolvimento de suas atividades. Durante o exercício de 2016 a Instituição recebeu bonificações, doações de bens, equipamentos e mercadorias de consumo, perfazendo um total de R\$ 1.302.571,37, enquanto que em 2015 foi de R\$ 1.495.954,46. **4.4. Despesas Anuladas do Exercício Anterior (Ajustes):** Para ajuste de ativos e passivos de exercícios anteriores, foram realizados no exercício de 2016, alguns lançamentos tendo como contrapartida direta as contas de resultado. Os ajustes referem-se à recuperação de despesas de Taxas Municipais dispensadas de cobrança através de processo administrativo no 2016/0.018.012-0 PMSF julgado favorável em relação aos exercícios anteriores, suas atualizações monetárias e juros que afetaram diretamente o resultado. **4.5. Outras Despesas:** Outras despesas contempla o custo de aquisição dos bens permanentes, o valor total das aquisições adquiridas com os recursos do contrato de gestão no ano de 2016 totalizaram R\$ 3.906.160,69, dos quais solicitamos a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo os Termos de Permissão de Uso dos Bens Móveis, equipamentos médico-hospitalares, software e equipamentos de informática, com exclusiva finalidade de sua utilização na realização de atividades e serviços de saúde. **4.6. Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de contratos de gestão, convênios ou outros instrumentos firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A Entidade para a contabilização de todos seus tipos de Assistências Governamentais atende à Resolução CFC nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Todos os tipos de Assistência Governamental não podem ser creditadas diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2016, a Associação recebeu Assistências Governamentais Estaduais conforme quadro abaixo:

| CNPJ nº 61.699.567.0024-89                  | R\$            |
|---|----------------|
| <b>Convênios/Contratos</b>                  |                |
| Contrato de Gestão nº 001.0500.000.061/2014 | 145.680.000,00 |

**5. Patrimônio Líquido:** Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabelecem as Resoluções nºs 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre "zero". Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2015 e 2016, respectivamente. **6. Resultado Operacional:** Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido "zero" face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2016, a instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 148.046.576,19 (Cento e quarenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezenove centavos), esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ 148.023.612,14 (Cento e quarenta e oito milhões, vinte e três mil, seiscentos e doze reais e quatorze centavos). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 22.964,05 (vinte e dois mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinco centavos). O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada "convênios/contratos públicos a realizar", até o final da execução do contrato, demonstrando o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato. **7. Das Disposições da Lei nº 12.101 e Portaria 834/16 MS:** Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/13 regulamentada pelo Decreto 8.242/14 tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. As internações hospitalares e os atendimentos ambulatoriais prestados pela entidade deverão ser totalizados com base nos dados disponíveis e informados no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA), no Sistema de Informações Hospitalares (SIH) e na Comunicação de Informação Hospitalar e Ambulatorial (CIAH). De acordo com a mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. O HTEJZ apresentou em 2016 nesta unidade a seguinte produção:

continua...



| ...continuação                           |         | Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016 |           |             |           |             |           |
|--|---------|--|-----------|-------------|-----------|-------------|-----------|
| Produção - 2016                          |         | 1º Semestre  |           | 2º Semestre |           | Total       |           |
| Linha de Atendimento                     | SUS     | Contra-tado  | Realizado | Contra-tado | Realizado | Contra-tado | Realizado |
| Internações                              | 6.396   |  |           |             |           |             |           |
| Saída Hospitalar                         | 6.368   |  |           |             |           |             |           |
| Nº de paciente dia                       | 38.725  |  |           |             |           |             |           |
| Nº de Cirurgias                          | 6.292   |  |           |             |           |             |           |
| Nº de Partos                             | NA      |  |           |             |           |             |           |
| Diárias de UTI - Total                   | 4.684   |  |           |             |           |             |           |
| Internação/Atendimento Domiciliar        | NA      |  |           |             |           |             |           |
| Pronto Atendimento                       | 14.821  |  |           |             |           |             |           |
| Consulta/Atendimento de Urgência (PS/PA) | 14.821  |  |           |             |           |             |           |
| Atendimento Ambulatorial - Total         | 129.250 |  |           |             |           |             |           |
| Consulta Médica                          | 107.461 |  |           |             |           |             |           |
| Atendimento não Médico                   | 21.789  |  |           |             |           |             |           |
| HD/Cirurgia Ambulatorial                 | 1.863   |  |           |             |           |             |           |
| SADT - Total                             | 2.557   |  |           |             |           |             |           |
| Tratamento Especializado                 | 20.976  |  |           |             |           |             |           |
| Radioterapia                             | NA      |  |           |             |           |             |           |
| Quimioterapia                            | 10.091  |  |           |             |           |             |           |
| Terapias Especializadas - Litotripsia    | 3.437   |  |           |             |           |             |           |
| Nefro-dialítico                          | 7.448   |  |           |             |           |             |           |
| Transplantes - Total                     | 149     |  |           |             |           |             |           |
| Transplante Córnea                       | 60      |  |           |             |           |             |           |
| Transplante Hepático                     | 24      |  |           |             |           |             |           |
| Transplante Medula Óssea                 | 50      |  |           |             |           |             |           |
| Transplante Renal                        | 15      |  |           |             |           |             |           |

**8. Relatório de Execução do Contrato de Gestão:**  
**Relatório de Execução do Contrato de Gestão - 2016**

| Linha de Contratação                      | 1º Semestre   |               | 2º Semestre   |               | Total          |                |
|---|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
|   | Contra-tado   | Realizado     | Contra-tado   | Realizado     | Contra-tado    | Realizado      |
| <b>Internações</b>                        | -             | <b>3.250</b>  | -             | <b>3.146</b>  | -              | <b>6.396</b>   |
| Saída Hospitalar - Total                  | 3.090         | 3.174         | 3.090         | 3.194         | 6.180          | 6.368          |
| Saída Hospitalar - (Exceto Cl. Cirúrgica) | 1.290         | 1.274         | 1.290         | 1.243         | 2.580          | 2.517          |
| Saída Hospitalar - Cl. Cirúrgica          | 1.800         | 1.900         | 1.800         | 1.951         | 3.600          | 3.851          |
| <b>HD/Cirurgia Ambulatorial - Total</b>   | <b>810</b>    | <b>890</b>    | <b>810</b>    | <b>973</b>    | <b>1.620</b>   | <b>1.863</b>   |
| <b>Pronto Atendimento</b>                 | <b>8.400</b>  | <b>7.608</b>  | <b>6.600</b>  | <b>7.213</b>  | <b>15.000</b>  | <b>14.821</b>  |
| Consultas de Urgência                     | 8.400         | 7.608         | 6.600         | 7.213         | 15.000         | 14.821         |
| <b>Atendimento Ambulatorial - Total</b>   | <b>57.240</b> | <b>61.329</b> | <b>59.040</b> | <b>67.921</b> | <b>116.280</b> | <b>129.250</b> |
| Consulta Médica - Total                   | 50.880        | 51.448        | 52.680        | 56.013        | 103.560        | 107.461        |
| Atendimento não Médico - Total            | 6.360         | 9.881         | 6.360         | 11.908        | 12.720         | 21.789         |
| <b>SADT Externo - Total</b>               | <b>1.206</b>  | <b>1.260</b>  | <b>1.206</b>  | <b>1.297</b>  | <b>2.412</b>   | <b>2.557</b>   |
| <b>Tratamento Especializado</b>           | <b>6.300</b>  | <b>8.892</b>  | <b>6.300</b>  | <b>12.084</b> | <b>12.600</b>  | <b>20.976</b>  |
| Quimioterapia                             | 3.000         | 4.507         | 3.000         | 5.584         | 6.000          | 10.091         |
| Nefro-Dialítico                           | 1.620         | 2.562         | 1.620         | 4.886         | 3.240          | 7.448          |
| Terapias Especializadas - Litotripsia     | 1.680         | 1.823         | 1.680         | 1.614         | 3.360          | 3.437          |

**Professor Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira** - Presidente do Conselho Administrativo da SPDM | **Dr. Otávio Monteiro Becker Junior** - Diretor Técnico | **Mona Irene da Rocha** - Contadora - CRC 1MA 006470/O-5 T-SP

**Ata da 26ª Reunião do Conselho Administrativo de Gestões Delegadas da SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina: Data, Horário e Local:** Aos 18º dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 08h30, na sala de reuniões localizada no 4º andar do edifício situado à Rua Doutor Diogo de Faria, 1.036 - Vila Clementino - SP, reuniram-se os senhores membros do Conselho Deliberativo de Gestões Delegadas da SPDM e convidados, abaixo indicados. **Presenças:** Profs. Drs. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro e o Dr. Agenor Pares regularmente convocados, sob a Presidência do Prof. Ronaldo Ramos Laranjeira. **Ausências justificadas:** Convidados: **Suplentes:** Prof. Drs. Mário Silva Monteiro e Nacime Salomão Mansur, Srs. Ênio Santos e Sr. Alexandre Chiaratti. O Senhor Presidente abriu a reunião agradecendo a presença de todos, colocou em pauta a análise da Ata da reunião anterior de 11 de novembro de 2016, a qual foi aprovada por unanimidade. Após breves comentários sobre assuntos gerais da SPDM, deu início aos trabalhos, conforme ordem do dia, informando que as demonstrações contábeis de 2016 e relatório da auditoria, já foram aprovados pelo Conselho Fiscal da SPDM, Conselho Administrativo estão sendo submetidas à análise do Conselho de Gestão Delegadas e seguirão para análise da Assembleia de Associados. **Ordem do Dia: Aprovação do relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, compreendendo:** Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes da Audisa Auditores Associados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 Consolidado da SPDM-Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina; de sua matriz, Hospital São Paulo e suas filiais: Hospital Municipal Vereador José Storópolli (STOROPOLLI), Hospital Geral de Pirajussara (HGP), Hospital Estadual de Diadema (HED), Hospital de Clínicas Luzia de Pinho Melo (HCLPM), Hospital Municipal Dr. José de Carvalho Florencie de São José dos Campos (HMJCF), Hospital Municipal Pimentas Bonsucesso de Guarulhos (HMPB), Hospital Geral Dr. Waldemar C. P. Filho de Guarulhos (HGG), Hospital de Transplantes Dr. Euryclides de Jesus Zerbini (H ZERBINI), o Hospital Cantareira (CANTAREIRA), o Hospital Geral de Pedreira (HPEDREIRA), o Hospital e Maternidade Dr. Odello Leão Carneiro de Uberlândia (HMU), o Hospital Regional de Araranguá Deputado Afonso Guizzo (ARARANGUÁ), o Hospital Estadual de Florianópolis (HE FLORIPA), o Hospital Municipal Pedro II e CER Santa Cruz (Hospital Pedro) o Prontos-Socorros Municipais de Taboão da Serra (PSM TABOÃO), os Núcleos de Gestão Assistenciais Várzea do Carmo (NGAVC) e Santa Cruz (NGASC), Centro Estadual de Análises Clínicas (CEAC) da Zona Leste, o Centro de Atenção Psicossocial de Itapeva (CAPS), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Vila Maria/Vila Guilherme (VLGUILHERM), Rede Assistencial e Supervisão Técnica de Saúde Butantã (Rede Butan), o Ambulatório Médico de Especialidades (AME) de São José dos Campos (AMESJC), Samu 192 - Regional São José dos Campos (SAMU SJC) o AME Maria Zélia (AME MZ) e AME Psiquiatria Dra. Jandira Masur (AME PQ), o AME de Taboão da Serra (AME TABOÃO), e o AME Mogi de Mogi das Cruzes (AMEMOGI), AME Idoso Oeste (Idoso Oeste), o AME Idoso Sudeste (Ido Sudeste), o Projeto Rede-Projeto de Inclusão Educacional e Social (PROJETO REDE), o Projeto Recomeço Helvetia (HELVETIA), o Centro de Reabilitação Lucy Montoro de S. J. Campos (C.R. LUCY), o CRATOD-Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), CTO Especializado da Assistencial Farmacêutico CEAF Vila Mariana (CEAF VM), o Instituto de Ensino e Saúde da SPDM (INSTITUTO), Saúde Ocupacional - Afiliados SPDM, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão Social - Parque Fontes do Ipiranga, CTO-Centro de Tecnologia e Inclusão para Pessoas com Deficiência Visual, Hospital Nossa Senhora do Monte Serrat (H SALTO), Hospital Municipal Barueri Dr. Francisco Moran (HMBFM), Hospital Nove de Abril de Juruti (JURUTI), Centro de Saúde 1 da Vila Mariana (CSVM), Complexo Hospitalar Prefeito Eivaldo Orsi de Campinas (CHPEO), Pronto Socorro Municipal Vila Maria Baixa (PSMVB), UNAD-Unidade de Atendimento ao Dependente (UNAD), as unidades do Programa de Atenção Integral à Saúde (PAIS) onde são partes PAIS (ADM) o PAIS Rede Assistencial Vila Formosa, Carrão, Aricanduva e Sapopemba (ARICANDUVA), PAIS AMAS Hospitalares (AMAS), Rede Assistencial-STS Ipiranga/Jabaquara/Vila Mariana (PAIS IPIRA), Rede Assistencial-STS Perus/Pirituba, Rede Assistencial da Vila Prudente/São Lucas (PAIS PRUD), Rede Assistencial do Pari, Belém, Tatupá, Mocoá e Água Rasa (PAIS PARI), a unidade PAIS P.A.P.S (P.A.P.S), PABSF Americana (AMERICANA), UPA Engenho de Dentro (ENG. DENTRO), Hospital Municipal Dr. Benedito Montenegro (MONTENEGRO) o Programa de Atenção Básica e Saúde da Família (PABSF), UPA João XXIII A.P. 5.3 (JOÃO XXIII), PAIS A.P. 3.2 (A.P. 3.2), O PAIS A.P. 1.0 (A.P. 1.0), PAIS - UPA Sepetiba (SEPETIBA), PAIS UPA Paciência (PACIÊNCIA), PAIS Centro de Apoio Gestão da Informação e Eventos (GEST EVENT), Coordenadoria de Emergência Regional do Leblon - A.P. 2.1 (Leblon 2.1), e o SAMU do governo de Santa Catarina (PAIS SAMU). Dr. Ronaldo passou a palavra ao Sr. Ênio Santos que realizou a apresentação do Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis e após breves esclarecimentos foi aberta a votação restando aprovada por unanimidade o relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis das unidades supramencionadas no ano de 2016. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. São Paulo, 18 de abril de 2017. Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira, Prof. Dr. José Osmar Medina de Pestana, Sr. José Eduardo Ribeiro, Dr. Agenor Pares.

obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 30 de março de 2017. **Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3.** Ricardo Roberto Monello - Contador CTCRC: 1SP 161.144/O-3 CNAI SP 1619. Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador CRC/SP 187.003/O-0 CNAI SP 1620.